

Para além do carnaval: O Movimento Negro na cena cultural na cidade do Recife*

MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ**

O final da década de 1970 trouxe à tona uma série de novos e velhos sujeitos políticos impulsionados pelo desejo de desmontar definitivamente a já agonizante ditadura militar. Trabalhadores, mulheres, movimentos de bairros, homossexuais, estudantes e negros, dentre tantos outros, rearticulavam-se (SADER, 1988). Como os demais sujeitos políticos reprimidos pela política ditatorial, a luta contra o racismo não ficou imune à vigilância dos governos militares. A mobilização negra sobreviveu, naquele período, graças a algumas poucas instituições de cunho cultural (MOURA, 1983:71; ABERTI, 2007: 131-148).

Foram, portanto, a atuação dessas organizações culturais e os impulsos advindos da conjuntura política de rearticulação dos movimentos sociais que criaram as condições para a fundação do Movimento Negro Unificado/MNU, marco inaugural deste *novo* Movimento Negro. A partir do surgimento do MNU, há uma ampliação do leque de reivindicações. Além da inserção no modelo social existente, busca-se a valorização dos referenciais culturais negros e o uso desses valores como alicerce para a luta pela construção de uma sociedade racialmente plural. Conforme Guimarães, o MNU “Politicamente, alinha-se à esquerda revolucionária, ideologicamente, assume, pela primeira vez no país, um racismo radical” (GUIMARÃES, 2001: 132). Tal postura marcou a atuação da militância a partir do final de 1978 e esteve presente de forma diferenciada nas demais entidades do Movimento Negro, inclusive nas organizações culturais.

É nesse período que o Movimento Negro consolida sua postura de valorização do universo cultural africano e afro-brasileiro, da crítica ao mito da democracia racial e da articulação entre a luta contra o racismo e a luta por mudanças políticas na sociedade.

* Este artigo parte da pesquisa realizada para construção da tese *Onde cultura é política: Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)* defendida na Universidade de Brasília (UnB) sob a orientação da Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito.

** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, doutora em História pela Universidade de Brasília/UnB.

Os debates do início da década de 1980 demonstram, dentre outras questões, que na época ainda era corrente uma distinção entre ação cultural e ação política, pautada numa concepção de cultura como deleite e fruição do espírito, portanto, impotente no que se refere às transformações estruturais (QUEIROZ, 2010). Essa abordagem da noção de cultura se contrapõe ao exposto nos documentos básicos do MNU, que tomamos como referência por ser a fundação desta instituição – conforme já frisado - o marco inaugural dessa nova fase. No *Programa de Ação*,

Cultura é o modo como o homem vê sua relação com a natureza e com seus semelhantes. A cultura nasce com o homem, na criação de seu mundo e na produção geral para sua vida e vivência, incluindo aí as relações de trabalho, a produção necessária à vida, a distribuição destes bens (materiais ou simbólicos) e as relações de poder. Conseqüentemente a cultura é a visão de mundo que implica na valorização de certas práticas e desvalorização e abandono de outras. O etnocentrismo é um exemplo claro de desvalorização da visão do mundo e das práticas de vida de um povo. (MNU, 1982)

Portanto, as relações de poder são parte da cultura, conforme um dos documentos orientadores da atuação do MNU. Se a defesa da conexão entre cultura e política estava presente nos documentos escritos, na prática as seções estaduais do MNU vivenciaram de forma diferenciada esse embate. Conforme relato de Jônatas Conceição da Silva, um dos fundadores do MNU/Bahia, “não temos dúvida de que foi da discussão político-cultural que se travou nos inícios dos anos 70 que saíram os quadros do MNU da Bahia” (SILVA, 1988:287). Na seção pernambucana, foram as discussões político-culturais impulsionadas pelo MNU ou em torno dele que criaram as condições para o florescimento da cultura afro-brasileira no Recife. Fazemos essas considerações porque foi esse entrelaçamento pedra fundamental para a atuação dos movimentos negros pernambucanos no campo da cultura, como veremos adiante.

Apesar de não ter sido a primeira organização negra do Recife a emergir no período da redemocratização do País, o MNU-PE hegemonizou o debate racial na cidade durante toda a década de 1980 e *fez a cabeça* de muita gente sobre a importância de articular cultura e política. O elemento diferenciador é que apesar de o MNU pernambucano ter vivido os conflitos *culturalistas* versus *políticos* já nos inícios dos anos 1980 (QUEIROZ, 2010), a instituição envereda pela esfera cultural, realizando e participando de diversas ações culturais. Posicionamento que não o poupou de acusações de ser uma instituição avessa às questões culturais. Portanto, será enquanto

um discurso referencial da luta negra no Recife que o MNU-PE será abordado neste artigo, principalmente em relação ao trato com o universo cultural.

Diante dessa encruzilhada, o MNU-PE experimentou um pouco de tudo. Manteve-se fiel à sua identidade enquanto movimento político e fez das reuniões e dos múltiplos debates o canal de aprofundamento e difusão de suas posições políticas. No entanto, essa marca de organização intelectualizada e distante do povo não impediu os vários gestos na direção de ações na área cultural: Festas – a exemplo da Noite do Cafuné; shows; excursões; formação de grupo de dança; participação em escolas de samba; fundação de afoxés e bloco afro e constituição de uma *grife* de moda afro fazem parte do rol de ações no campo das linguagens artísticas (QUEIROZ, 2010). Em uma análise do boletim informativo do MNU-PE – *Negritude* - observamos a valorização das manifestações culturais afro-brasileiras e uma ação intencional de realocá-las no universo histórico, político e simbólico da população negra como expressões da rebeldia negra. Um comportamento que se alinha com a reflexão de Martín-Barbero sobre o papel da cultura na percepção de conflitos sociais, formação de novos sujeitos e formas de rebeldia e resistência (2008: 287).

Ao concebemos as reuniões do MNU-PE nas tardes dos sábados no DCE da UFPE como um contra-espço negro,¹ é possível pensá-las não como pertencente a uma única organização, o MNU-PE, mas como um ponto de referência do Movimento Negro recifense.

Nesse contra-espço, onde a negritude imperava, muitos planos foram traçados. Alguns foram efetivados, outros continuam no desejo. Não queremos negar a existência de divergências entre as posições do MNU e de outros movimentos negros da cidade, apenas reafirmamos que as atividades culturais se constituíam em parcerias que selavam, também, laços políticos. Não podemos imaginar pessoas ou grupos se agrupando em torno de uma ação sem qualquer identificação entre si e entre seus propósitos.

Nesses momentos, foi se tecendo o perfil político-cultural do Movimento Negro recifense. Se na prática uns são mais políticos, outros mais voltados ao universo

¹ “Igualmente coincidente é o fenômeno de um ‘contra-espço’ negro, ou seja, a idéia de um território simbólico onde ex-escravos e seus filhos se reúnem, ao abrigo das repressões, das recriminações ou de olhares perturbadores. O contra-espço é um lugar de não-poder branco, mas que admite o contato, o acerto, desde que não implicasse alguma forma de poder direto sobre a comunidade negra” (SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 141).

cultural, a uni-los há uma formação discursiva que os impele a enfrentar a sociedade recifense com discursos semelhantes. Em sintonia com a noção de cultura no plural, a postura do MNU-PE comandou atos que expressam os sentidos construídos pelos movimentos negros para suas identidades, para o racismo e para as formas de combatê-lo. São, portanto, práticas discursivas que ajudaram o MN a se colocar na cena cultural, contribuindo para o processo de (re)africanização pelo qual passou o carnaval do Recife a partir dos anos de 1980 e para a consolidação dos três espaços voltados para a cultura afro-brasileira que discutiremos adiante.

A capacidade organizativa e agregadora do MNU-PE lhe confere um lugar de destaque nesta constelação de referências (CERTEAU, 1995:34). Em torno das reuniões do MNU-PE transitavam muitos dos segmentos que faziam o MN na cidade do Recife. Assim é que a inserção dos afoxés em Olinda e no Recife, enquanto prática discursiva inaugurada pelo MN, resultou de muitas mãos negras, das quais uma é a do MNU-PE.

Dessa forma, localizamos nos afoxés mais antigos discursos ancorados na oposição ao 13 de maio, na exaltação ao 20 de novembro, no reforço da autoestima, na valorização da ancestralidade africana e da religiosidade afro-brasileira. Tais traços são os que identificam discursivamente o Movimento Negro contemporâneo enquanto um movimento político-cultural que pelas suas ações e posicionamentos quis mostrar as muitas subjetividades do sujeito negro que foi individual e coletivamente silenciado pela escravidão e pelo racismo.

Em meio a essas trocas discursivas foram fundados os primeiros afoxés e com eles as bandeiras do anti-racismo adentraram a cena carnavalesca recifense. No entanto, poucos eram os espaços ocupados e apoios recebidos pelos afoxés. Ao contrário, muitas vezes foram rechaçados como parte de uma invasão baiana na cena cultural local. Porém, mesmo à margem dos grandes palcos dos anos 90 (Festival Abril Pro Rock, Festival de Inverno de Garanhuns, Projeto Seis e Meia, Circo Maluco Beleza), os afoxés mantinham-se em atividade. E foi só no ano de 1991 que pela primeira vez a imprensa pernambucana registrou a efetivação do afoxé no Estado (QUEIROZ, 2010). Com a manchete “Afoxé ganha espaço na terra do frevo”, o *Jornal do Commercio* fez reportagem com os afoxés Ara Ode, Axé da Lua e Alafin Oyó, além de citar a existência de doze grupos na época. (*Jornal do Commercio*, 27 janeiro de 1991).

Mas a busca por palcos é inerente aos artistas e os grupos musicais negros desejavam mais espaços para suas apresentações. Os ensaios dos afoxés e os espaços de Olinda (Colônia Z4, Clube Atlântico, Bar Amalá, Mercado Eufrásio Barbosa), a participação na Noite dos Tambores Silenciosos e nas festas produzidas pelos movimentos negros não os satisfazia, conforme revela a mobilização que levou ao surgimento da Terça Negra, como veremos adiante. O pessoal do ijexá tinha que construir espaços alternativos, pois não tinha recepção na mídia e o esquema de *brodagem*² era muito frágil, uma vez que os *brothes* negros não tinham acesso aos meios de comunicação. Os espaços alternativos ficavam por conta da participação nos eventos produzidos pelo Sambaxé,³ ou eventos realizados pela África Produções,⁴ que não se restringia aos afoxés.

O surgimento de novos grupos aumentava a demanda por espaços culturais. Ao final do século XX a contabilidade era de onze afoxés fundados, estando 4 desativados.⁵ A demanda aumenta quando somamos os blocos afro, também ávidos por apresentarem seus trabalhos.

² “O termo *brodagem* (advindo de *brother*, irmão, em inglês) caracteriza bastante o mercado musical pernambucano atual. Amigo jornalista que consegue uma notinha no jornal, amigo designer que faz a arte do álbum, amigo que cobra pouco pela produção do disco. essa prática sempre existiu, desde os primórdios do mangue...” JUBERT, Simone. Pós-mangue. A nova cena musical recifense. Revista Continente Multicultural. Ano VI, nº 70, Outubro/2006, p. 78. O papel dos jornalistas no grupo do Movimento Mangue também foi destacado por Teles. Ao relatar a divulgação por Chico Science de um show em junho de 1991, confirmo Teles: “O fato de ser amigo de Fred Montenegro, o Fred 04, então jornalista da TV Jornal, e de Renato L, também do ramo, contribuiu para que ele não amargasse um chá de banco, ou uma raquítica notinha. O jornalismo é uma profissão cruel.” TELES. Op. cit., p. 263. Também o MN conseguiu mais espaço na mídia quando a jornalista Wanda Chase integrava o quadro do Movimento.

³ O Projeto Sambaxé foi lançado em evento no dia 06 de janeiro de 1990.

⁴ África Produções, produtora cultural fundada em 1992 que realizava eventos de reggae e outros ritmos negros. Um dos seus diretores, conhecido por Energia, foi o produtor da turnê internacional do afoxé Ilê de Egbá em 2005.

⁵ São eles: Ilê de África (1982), Axé Nagô (1983), Ará Odé (1984), Alafin Oyó (1986), Ilê de Egbá (1986), Obá Ayrá (1990), Oxum Pandá (1995), Timbaganju (1998), Filhos de Xangô (1999) Odolunpandá (1987), Tetê Conbélókan(1987). O último grupo é citado a partir de uma informação de Dito D’Oxossi, que também informou que o referido grupo foi coordenado pelo bailarino Joãozinho Gambelê. Ainda segunda sua informação, o referido afoxé está localizado na comunidade dos Coelho/Recife e encontra-se desativado enquanto afoxé. Porém, continua realizando atividades com o grupo de dança. Desativados: Ilê de África, Axé Nagô, Odolunpandá e Tetê Conbélókan. Não incluímos os grupos Axé da Lua, fundado em 1988 como afoxé e atualmente organizado como Maracatu e o grupo Embola Negro que desde sua fundação atua com ritmos negros e não exclusivamente com o ijexá.

A TERÇA NEGRA

Toda essa demanda reprimida encontrará acolhimento em um projeto proposto pelo MNU-PE: a Terça Negra. O projeto inicia-se no ano de 2000, quando o MNU-PE era coordenado por Arnaldo Vicente da Silva Filho (Nado), Mano Silva e Adeildo Leite Araujo. Mano Silva fazia produção de eventos e Nado produzia o Bloco Afro Raízes da Estância. Os debates em torno da cultura faziam parte do cotidiano do trio. Nado, ex-coordenador municipal do MNU-PE e atual coordenador do Projeto Terça Negra, informou que a inspiração veio da Terça da Benção, evento que aglutina milhares de pessoas no bairro do Pelourinho em Salvador todas as terças-feiras e que na década de 1980 era reduto de militantes e artistas negros (PINHO,1998). Os intercâmbios com o Movimento Negro baiano atualizavam as aspirações por realizar um evento similar na Cidade, que foram reforçadas quando da participação no Seminário *O Poder Público e a cultura popular* realizado no ano de 2000 pelo Grupo de Ativação Cultural/GRAC no bairro do Pina no Recife. (Nado, 2010).

A desigualdade na alocação de recursos para a cultura popular apresentada no evento somara-se às preocupações em torno das dificuldades das entidades negras para acessarem as verbas públicas por meio de elaboração de projetos e da sua pouca visibilidade na cena cultural da cidade. Foi a partir dessas reflexões que viu-se a “necessidade de criar um espaço, que trouxesse as entidades negras para a mídia. (...) Necessidade de criar um espaço negro.” (Nado, 2010). Tal necessidade não está deslocada das investidas dos movimentos negros, principalmente os afoxés e blocos afro, vínculo que fica nítido com as lembranças trazidas por Nado de barreiras enfrentadas por grupos antigos e contemporâneos. Nado fez questão de lembrar que

a gente tinha a história que o primeiro bloco afro de samba-reggae [Baloguns] que entra na cidade do Recife, não consegue percorrer o corredor da folia. (...) porque a Prefeitura da Cidade do Recife neste período não deixou entrar nenhum bloco afro. Os afoxés não tocavam aqui [no Recife]. Aí a gente começa a fazer essa discussão com os afoxés para criar o espaço da Terça Negra. (Nado, 2010).

Em primeira mão, o projeto da Terça Negra foi apoiado pelos afoxés Ilê de Egba, Oxum Pandá e Ara Ode, bem como pelos blocos afro Raízes dos Quilombos e Obá Nijé. Também contribuíram militantes, ex-militantes do MNU-PE e alguns parlamentares que ajudavam financeiramente para garantir o transporte para os grupos

participarem e para o aluguel do som. Com a idéia formulada, o MNU-PE, os afoxés e os blocos afro foram em busca de local para realizar o evento. O dia da terça-feira foi reforçado por evitar concorrência com grandes eventos. O Pagode do Didi foi o primeiro procurado por estar localizado no centro do Recife e ser freqüentado pelos militantes e artistas negros. Outro fator que influenciou na escolha do espaço foi o fato de que o grupo estava procurando um espaço neutro, uma vez que “evento vinha com a responsabilidade política e cultural.” (Nado, 2010). A Terça Negra aconteceu no Pagode do Didi durante todo o segundo semestre de 2000 e teve excelente aceitação por parte dos grupos musicais e da população. (Nado, 2010).

No início de 2001, o candidato do Partido dos Trabalhadores/PT, João Paulo, assume a prefeitura da cidade e o MNU-PE juntamente com as entidades que faziam a Terça Negra resolvem procurar o prefeito para solicitar que o Projeto fosse transferido para o Pátio de São Pedro. O Prefeito delega a questão ao secretário de Cultura, Roberto Peixe, que tinha dentre seus auxiliares o ex-militante do MNU-PE e carnavalesco, Lindivaldo Leite Júnior, conhecido como Júnior Afro. Com esses encaminhamentos, o projeto de instauração e manutenção da Terça Negra no Pátio de São Pedro desde o primeiro semestre de 2001 vivenciou o bônus decorrente das confluências de sentidos acerca da importância da presença de um *espaço negro* na cidade e o ônus resultante do passivo de divergências vivenciadas no interior do MNU-PE que vez por outra dificultava o melhor fluir das negociações. Porém isso não impediu que tanto Júnior Afro quanto Nado expressassem as dificuldades enfrentadas para consolidação do Projeto Terça Negra. Conforme Júnior Afro “A prefeitura cedeu o espaço. (...). Só que não tinha previsão orçamentária. E ela vem assim desde lá, nove anos!” As negociações precisavam ser atualizadas a cada ano para que os custos com o Projeto fossem incorporados no orçamento público. Isso nem sempre acontecia. Mesmo com todas as dificuldades, a Terça Negra está completamente incorporada no calendário cultural do Recife, e a cada semana aglutina milhares de pessoas, resultando na construção de mais um espaço cultural na cidade. Segundo Júnior Afro, o Pátio de São Pedro nas terças-feiras, antes da realização do Projeto Terça Negra, era “morto! Segunda, Terça e Quarta nunca tiveram tradição no Pátio de São Pedro. (...) Quem inaugurou as terças-feiras no Pátio de São Pedro foi a Terça Negra. (Júnior Afro, 2010).

Neste ínterim, em conjunção com outros fatores, o número de afoxés começa a crescer exatamente a partir de 2001. Sobre esse aspecto, Nado avalia que quando passou a ser realizado no Pátio de São Pedro, a Terça Negra

começou a inchar. A visibilidade foi tão grande no Pátio de São Pedro que alguns grupos começaram a descer e alguns grupos serem iniciados. A gente notava que [o grupo] existia, mas era de bairro. (Nado, 2010)

Portanto, a Terça Negra se constitui em mais um exemplo de contra-espço construído pelos movimentos negros. Um exemplo também de ação articulada entre o MNU-PE, os afoxés, os blocos afro e outras manifestações culturais, como maracatus, reggae, hip-hop, coco e capoeira, já que naquele espaço todas as expressões negras encontram acolhida. A circularidade de idéias e a identidade político cultural do MN no Recife foram fundamentais para a efetivação da proposta. A particularidade, pelo menos para a cidade do Recife, é o apoio do Estado, pois é o boletim informativo da Prefeitura da Cidade do Recife/PCR que, ao divulgar a Terça Negra, informa que ela é “... é uma iniciativa promovida pelo Movimento Negro Unificado que conta com o apoio da Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Cultura”(Boletim da PCR, 2002). Incorporação que se faz presente no Plano Municipal de Cultura ao afirmar que

Por fim, a cultura afro-brasileira também conseguiu estabelecer um espaço importante dentro do cenário musical recifense, com a Terça Negra, que acontece no Pátio de São Pedro há seis anos, trazendo atrações da cultura popular, como grupos de maracatu, afoxé, reggae, samba, entre outros, levando semanalmente ao local um público médio de três mil pessoas. (Plano Municipal de Cultura, 2009:45)

A Noite dos Tambores Silenciosos e o Pólo Afro

A mesma luta empreendida por mais espaços na cena cultural durante todo o ano, estava sendo vivenciada para o período carnavalesco. Sem fazer parte do desfile oficial, sem inserção na mídia e criticado por alguns por ser uma manifestação baiana e não pernambucana, os afoxés viam-se limitados a apresentarem-se ao seu público fiel em Olinda e, raras vezes no Recife. Neste sentido, a Noite dos Tambores Silenciosos, evento que ocorre todas as segundas-feiras de carnaval no Pátio do Terço e reuni nações de maracatu de baque virada em um ritual de saudação aos ancestrais africanos a meia noite, foi o espaço que acolheu os afoxés. Esses foram importantes agentes na

repaginagem daquele evento, iniciada em meados dos anos 80. O babalorixá Raminho de Oxossi lembra que:

Eu era menino e quem fazia aquilo era minha mãe de santo. (...) Quando era meia-noite, eu ia para lá com minha mãe de santo. Eu me lembro que quando chegava lá eles estavam cantando a música (banzo ê, banzo á, no ilê do banzo, no Ilê ..) Aí juntava 10/12 africanos e começavam a falar, os negros conversando com os negros[diziam]: ali foi onde morreu o pessoal, ali foi onde os negros foram vendidos. Aí eles davam 10 minutos de silêncio e voltavam.(...) Aí foi aumentando, foi aumentando. Depois apareceu o jornalista Paulo Viana e aumentou a historia. (Raminho de Oxossi, 2009)

A participação do jornalista Paulo Viana inaugura uma nova fase para a Noite dos Tambores Silenciosos, sendo considerado a partir daí como seu criador. No entanto, “aquilo é antigo, Paulo Viana já apanhou da mesa lá de casa, conversando.”, declarou Raminho de Oxossi. (2009). Além de transitar pelos meios de comunicação, em função da sua profissão, e pelo Pátio do Terço, Paulo Viana integrou o primeiro grupo de militantes e atuou no Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra/CECERNE, neste sentido aglutinou colaboradores em vários setores. O babalorixá Raminho de Oxossi, o advogado Edvaldo Ramos e o professor Ubiracy Ferreira declararam, em entrevistas realizadas durante a pesquisa, que participaram junto com Paulo Viana na realização do evento. Mas uma vez as noções de apropriação⁶(CHARTIER, 2002:68) e de circularidade horizontal⁷(SOIHET,2008) nos ajudam, pois será com o resultado do uso e das interpretações que Paulo Viana fez daquele ritual realizado pelas tias do terço,⁸ que a sociedade pernambucana, inclusive os movimentos negros contemporâneos, irá dialogar. Trata-se, conforme Guillen e Lima, de uma invenção:

....invenção de uma tradição do início dos anos 1960, qual seja, a Noite dos Tambores Silenciosos, pelo jornalista Paulo Viana, e que ao longo dos anos foi resignificada pelos maracatuzeiros, transformada em um evento de forte conotação religiosa, e voltada para a celebração dos eguns (os espíritos dos

⁶ “A apropriação tal como a entendemos visa uma historia social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem.”

⁷ noção tomada de Rachel Soihet, que a construiu sob a inspiração de Bakhtin, e que se refere ao entrelaçamento de “elementos de grupos analogamente situados na estrutura social”, uma vez que os grupos populares são diversos em termos culturais.

⁸ Tias do Terço é como é denominada uma família de quatro mulheres moradores do Pátio do Terço, localizado no bairro de São José no Recife. Eugênia Duarte Rodrigues, Viviane Rodrigues Braga (Sinhá ou Ná), Emília (Iaiá) e Maria de Lourdes Silva (Badia). Eugênia era nigeriana e mãe de Sinhá e Iaiá. Sobre as tias do Terço ver: ALMEIDA, 2005)

mortos e ancestrais). Em se tratando de cultura afro-descendente, a Noite dos Tambores Silenciosos tornou-se uma referência obrigatória, e qualquer maracatu-nação que preze “as tradições africanas” tem o dever de nela participar. (GUILLEN, LIMA, 2007:35).

Como parte da sua invenção, Paulo Viana criou um auto-dramático que era encenado em frente à Igreja Pátio do Terço. Em texto divulgado no período carnavalesco pelo Núcleo da Cultura Afro-brasileira da Prefeitura da Cidade do Recife/PCR, a historiadora Carmem Lélis descreve o evento para os foliões:

É assim que, em 1968, o jornalista e sociólogo Paulo Viana, conhecedor do universo dos Xangôs do Recife e sensível à importância da cultura popular, cria a Noite dos Tambores Silenciosos. Divulga a cerimônia ritualística, traz para o Pátio do Terço o grupo de teatro Equipe, apresenta danças afro-brasileiras, encena textos e, com o poema Lamento Negro, de sua autoria, denuncia o processo desumano da escravidão, presta homenagem aos escravos mortos e reverencia os orixás.(LÉLIS, s/d)

Narrativa que não destoa daquela divulgada pela imprensa:

A Noite dos Tambores Silenciosos – cerimônia mística do carnaval de Pernambuco – marcada pela louvação à Virgem do Rosário realizada pelos maracatus de “baque virado” (nação africana) e evocativa da memória dos negros que morreram na condição de escravos – será celebrada, este ano, pela vigésima vez, em frente a Igreja do Rosário dos Pretos, de Santo Antonio, a partir das 23 horas de amanhã.

(...) Por volta das 23h45m terá início a encenação do Auto Dramático da “Noite dos Tambores Silenciosos” quando todos os batuqueiros dos maracatus arriarão bombos e caixas no solo, permanecendo todas as percussões em silêncio. Os integrantes do Teatro Equipe do Recife caracterizado de escravos saindo da rua do Fogo, ingressarão no tablado armado em frente à Igreja do Rosário, para que seja procedida a homenagem de evocação da memória de todos os negros que morreram sob a condição de cativos nos solos das Américas. (Jornal do Commercio. 04 de março de 1984).

Será exatamente em torno do auto-dramático que nos inícios dos anos 80 o MNU-PE começa sua inserção na Noite dos Tambores Silenciosos. O Movimento Negro Unificado tinha uma visão crítica ao conteúdo do auto-dramático que constava de

... recitação e canto de um poema candoreiro do criador da cerimônia e o toque de silêncio (funeral), culminando com o canto geral do “banzo”, envolvendo todos os integrantes dos grupos e maracatus, acompanhados de seus respectivos batuques, até então silenciosos.(Diário de Pernambuco, 4 de março de 1984.)

Os atores do Teatro Equipe encenavam trajados de escravos e, como ocorreu em alguns anos, com os rostos pintados de preto, não agradavam a militância negra que considerava, no mínimo, anacrônico com o momento histórico de retomada do Movimento Negro. O ex-militante Marco Antonio Pereira da Silva relata os motivos que levaram aos embates com os organizadores do evento, inclusive ocupando as escadarias da Igreja do Pátio do Terço para protestar.

o que levou a gente do MN a ir para essa Noite dos Tambores Silenciosos e contestar foi a forma como era feita. Primeiro, era a composição dos atores e atrizes, que eram brancos e eles pintavam essas pessoas de negro. Me parece que tinha uma moça que era negra. Uma ou duas. A outra questão era exatamente o conteúdo: eles chamavam de peça uma homenagem que eles faziam na Noite dos Tambores Silenciosos aos abolicionistas oficiais, a princesa Isabel inclusive.(...) O conteúdo da peça era um conteúdo de navio negreiro, com escravos apanhando, etc. Eles colocavam, na época, uma visão submissa do negro na sociedade brasileira. Isso nos anos 70, quando nós não aceitamos mais ser projetados na sociedade com essa visão.(Entrevista Marco Antonio Pereira da Silva, 2010).

Conflitos com o MNU-PE foi apenas um dos problemas vivenciados pela Noite. Apesar de ser reconhecida como um “espetáculo à parte” (*Jornal do Commercio* de 08 de fevereiro de 1986.), o evento nem sempre contou com apoio estatal para sua realização. No ano de 1988, o descaso veio a público com os organizadores da Noite reclamando da não liberação de recursos e infra-estrutura para realização da mesma, fato que incorreu na sua não-realização no ano de 1987.⁹

Leonildo Batista, diretor do espetáculo, disse que não existe incentivo para que continuem: o dinheiro que recebem é insignificante e a Empetur afirma que não tem verba. No entanto, lembra Selma, atriz dos Tambores há 24 anos, para a ‘encenação da Batalha dos Guararapes e Calvário de Frei Caneca, eles criam uma infra-estrutura que proporciona um bom espetáculo tanto para quem está fazendo como para quem está assistindo. O ano passado não pôde haver a apresentação dos “Tambores” porque a Empetur disse que não tinha verba para pagar aos maracatus, apesar de comprovado que a “Noite” é uma atração que chama turista. (Jornal do Commercio, 17 de janeiro de 1988).

O Movimento Negro, porém, nunca se afastou da Noite. Ela sempre foi parte da agenda dos militantes no carnaval. Com o surgimento dos novos afoxés essa participação é reforçada, até porque dois dos mais antigos afoxés têm vínculos religiosos com as tias do Pátio do Terço. Conforme o babalorixá e presidente do Afoxé

⁹ Em 1987 a Igreja do Pátio do Terço foi interditada. Não localizamos nos dois periódicos pesquisados nenhuma notícia sobre a Noite no carnaval de 1987.

Ilê de Egbá, Dito de Oxossi, filho de santo de Raminho de Oxossi (do Afoxé Ara Ode) e neto de santo das tias do Pátio do Terço, desde o primeiro ano (1986), o Afoxé Ilê de Egbá participa da Noite dos Tambores Silenciosos como uma forma de reverenciar sua ancestralidade religiosa. Ele assegura que a entrada dos afoxés na Noite dos Tambores Silenciosos, nomeadamente o Afoxé Ilê de Egbá, é responsável pela atual versão da Noite:

Deixava todos os maracatus fazer a sua cerimônia. Que naquela época não se cantava. Se fazia um adaruum, soltava fogos (...) quando eles terminavam tudo. Eu fazia um xire, um oriki (...). ali na roda. E nisso começou a tradição que é a Noite dos Tambores Silenciosos neste estilo, a cerimônia cantada com oriki. (Dito de Oxossi, 2009)

Em 1987 a Igreja do Pátio foi interditada e não houve a Noite. O evento, nos anos seguintes, ficou a cargo da Empresa Pernambucana de Turismo/Empetur. No ano de 1993, formou-se uma comissão para organizar a Noite e a ex-militante do MNU-PE e na época coordenadora do Balé de Cultura Negra do Recife, Telma Chase, integra a referida comissão.

Consolidado como o espaço negro do carnaval, a cada ano aumentava a participação tanto dos maracatus quanto dos afoxés na Noite dos Tambores Silenciosos, chegando ao final do século XX com um nítida disputa por espaço entre as duas manifestações culturais na participação do evento. Os maracatus-nação já não via razão para dividir o espaço com os afoxés.

A alternativa foi destinar um dia específico para os afoxés, o domingo. E assim que foi criado o Pólo Afro no Pátio do Terço no carnaval de 2001. Júnior Afro diz que, a PCR realizou algumas plenárias com os movimentos culturais e artistas para discutir o modelo de carnaval. Foi em um desses fóruns que representantes dos maracatus expressaram sua insatisfação com a participação dos afoxés na Noite dos Tambores Silenciosos e integrantes do MNU-PE apresentaram a proposta de criar um Pólo Afro.(Júnior Afro, 2010)

No primeiro ano, em 2001, o sábado ficou reservado ao samba-reggae, o domingo para os afoxés, a segunda-feira para a Noite dos Tambores Silenciosos com os maracatus e a terça-feira foi dedicada ao hip-hop com o Show do Grupo Faces do Suburbio.

Eleito oficialmente como novo foco de animação da cidade, o Pátio do Terço, no bairro de São José, vai ser palco das atrações voltadas para a cultura negra em Pernambuco. Hoje, na estréia do espaço, batizado como Pólo Afro, quem faz a festa são os grupos de samba-reggae. (Jornal do Commercio, 24 de fevereiro de 2001).

No segundo ano, o sábado foi descartado, inclusive em função das condições que fica a cidade logo após o Galo da Madrugada, deixando o Pólo Afro com a programação que se mantém até os dias atuais: domingo para os afoxés e blocos afro, segunda-feira para a Noite dos Tambores Silenciosos com os maracatus e na terça-feira para samba e reggae.

O Núcleo da Cultura Afro-Brasileira

A militância estava atenta ao processo de transição pela qual passava a cidade com a posse de um candidato petista, simpatizante dos movimentos sociais. Desta forma, o MNU-PE tinha integrantes no Fórum Participativo e, de acordo com Nado, lá surgiu a demanda para criação do Núcleo Afro, da Diretoria de Igualdade Racial e outras reivindicações do MN. Por outro lado, o militante Júnior Afro passou a integrar o quadro da Secretaria de Cultura. Segundo seu relato, ao tomar conhecimento que a nova gestão estava discutido mudanças no organograma da PCR, inclusive com a criações de novos setores, ele sugeriu

ao Secretário de Cultura [Roberto Peixe] que fizesse um diálogo com o movimento cultural negro da cidade e criasse um setor para trabalhar a questão afirmativa da cultura afro-brasileira. (...) E a gente usou a experiência da Palmares [Fundação Cultural Palmares/MinC] e (...) do setor de etnia da Fundação de Cultura de Aracaju.(Júnior Afro, 2010)

Desde meados dos anos 80, o MN vem pressionando o Estado para criação de instâncias públicas voltadas para a cultura afro-brasileira. Sobre aquela conjuntura, analise Jaccoud,

A reorganização do Movimento Negro trouxe para o debate político o tema da discriminação racial, dando origem às primeiras respostas do poder político. Dessa forma, durante a década de 1980, acompanhando a vitória da oposição em eleições locais, surgem, em vários estados e municípios do país, conselhos e órgãos de assessoria visando promover a participação da população negra. Esse período foi marcadamente orientado para o tema da promoção da cultura negra e de valorização de sua contribuição no mosaico

cultural do país. É também nesse contexto que se dá a criação na esfera federal, em 1988, da Fundação Cultural Palmares – FCP, vinculada ao Ministério da Cultura. (JACCOUD, 2008:143)

O Núcleo da Cultura Afro-Brasileira da Prefeitura da Cidade do Recife, além de dialogar com essa demanda histórica do MN, emerge em um cenário no qual as políticas de ações afirmativas ganham espaço dentre as demandas do Movimento Negro. A pressão local fica por conta da necessidade de gerenciamento de uma vida cultural que inclui uma Terça Negra que aglutina milhares de pessoas semanalmente, o fortalecimento dos maracatus e dos afoxés e um Pólo Afro no carnaval. Papel que é ratificado no Plano Municipal de Cultura:

Criação do Núcleo da Cultura Afro-brasileira com o intuito de valorizar as manifestações culturais de origem africana, implementando e apoiando projetos e ações que fortalecem as expressões dessa cultura, a partir de pesquisas, estudos e das tradições enraizadas em nossa cidade.

Com a vinculação do Núcleo à Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural e mais diretamente à Gerência de Preservação do Patrimônio Imaterial, é fortalecido o importante papel de articulação e de visibilidade das várias categorias que fazem as manifestações culturais afro-brasileiras no Recife. Destacam-se, também, como ações patrimoniais: o convênio firmado com a Fundação Cultural Palmares no sentido de apoiar e estabelecer ações afirmativas e políticas para a população afro-descendente; criação do Pólo Afro no Carnaval Multicultural do Recife (Noite dos Tambores Silenciosos, Encontro de Afoxés, Noite do Reggae, Tambores Mirins); Apoio ao Projeto Terça Negra (apresentações culturais), integrado à programação oficial do Recife e lançamento do Vídeo Irôco, sobre os diversos aspectos da cultura afro-pernambucana. (plano Municipal de cultura do Recife, 2009:58)

O Núcleo se consolidou como o órgão público que acompanha de perto a movimentação cultural negra, sem ser o único responsável pela gestão da cultura negra, tarefa que cabe a vários órgãos públicos. A experiência do Núcleo é um retrato das dificuldades na promoção de políticas visando a equidade racial, seja no âmbito estatal ou não. Pois, a criação de um órgão é pouco na caminhada pela efetivação de tais políticas. O Núcleo surgiu em 2003, mas só em 2008 conseguiu se instalar em um espaço próprio - a casa 35 do Pátio de São Pedro. Mesmo com muitas dificuldades, decorrentes dos poucos recursos humanos e orçamentários alocados, o Núcleo apóia diversas ações desenvolvidas pelos movimentos negros, inclusive a Terça Negra, o Pólo Afro e a Noite dos Tambores Silenciosos. Também realiza projetos como a Mostra de Culinária Afro-Brasileira, o Projeto Fala Negra e publicou em 2008 o livro *Recife*

Nação Africana: Catálogo da Cultura Afro-Brasileira, uma mostra da presença das manifestações negras na cidade.

Linhas finais

Neste sentido, as estratégias de ação do conjunto do MN ao conceber o carnaval como um palco privilegiado para suas reivindicações e expressões de afirmação identitária constitui a luta por espaço para a cultura negra na cena cultural da cidade. Buscamos compreender os laços entre a atuação da militância negra, com seus afoxés no carnaval, para um enegrecimento da cena cultural da cidade do Recife. Para isso nos voltamos para três contra-espços negros reforçados e construídos a partir da década de 1980 e que tem com os movimentos negros grande identidade, são eles: a Terça Negra; o Pólo Afro e o Núcleo da Cultura Afro-Brasileira da Prefeitura da Cidade do Recife. Como contra-espços negros participam da circularidade discursiva que entre distintos segmentos do Movimento Negro, dentre eles os afoxés, sujeitos políticos que estão na base de constituição e manutenção desses espaços. Evidente que essas conquistas resultaram de conjunturas específicas, dentre essas o processo que levou a primeira gestão de um candidato do Partido dos Trabalhadores no comando da prefeitura da cidade do Recife. Não desconsiderando essas importantes trocas, continuamos destacando o papel das circularidades de discursos inerentes à dinâmica do MN na formulação das estratégias de negociação com os agentes culturais da cidade, historicamente alheios à participação dos grupos socialmente subalternizados, como a população negra, na gestão do Estado, inclusive na política cultural.

Com isto afirmamos que a atuação do MNU-PE e dos demais movimentos negros no carnaval e na cena cultural recifense foi tecida a partir de trocas com a memória discursiva do MN contemporâneo na medida em que prevaleceram nas práticas político-culturais empreendidas as representações que compõem o universo simbólico em torno da negritude, em um processo de circularidade no qual os diferentes setores do MN interagiram com suas similaridades e divergências.

REFERENCIAS

Entrevistas: Dito D'Oxossi (Expedito Paula Neves); Júnior Afro (Lindivaldo Oliveira Leite Júnior); Marco Antonio Pereira da Silva; Nado (Arnaldo Vicente da Silva Filho); Raminho de Oxossi (Severino Ramos).

Periódicos: *Diario de Pernambuco; Jornal do Commercio*

Bibliografia

ABERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar A.(orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Magdalena. Novas dimensões para a história do Recife. Arrecifes. *Revista do Conselho Municipal de Cultural*. Ano 30, nº 10, dezembro de 2005.

Boletim Interno da Prefeitura da Cidade do Recife. 17.06.2002. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br>

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GUILLEN, Isabel Martins e LIMA, Ivaldo M. F. de. Os Maracatus-nação do Recife e a espetaculização a cultura popular (1960-1990). In GUILLEN, LIMA. *Cultura afro-descendente no Recife: Maracatus, valentes e catimbós*. Recife: Bargaço, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO. Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil. 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

JUBERT, Simone. Pós-mangue. A nova cena musical recifense. *Revista Continente Multicultural*. Ano VI, nº 70, Outubro/2006.

LÉLIS, Carmem. Noite dos Tambores Silenciosos. Núcleo da Cultura Afro-brasileira/PCR. Folder.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Ed., 1983.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *Programa de Ação*. Discutido e aprovado no III Congresso Nacional do MNU. Belo Horizonte, abr. 1982. Mimeografado.

PINHO, Osmundo de A. “The song of freedom”: notas etnográficas sobre cultura negra global e práticas contraculturais locais. In SANTOS Jocélio Teles dos; SANSONE, Lívio. *Ritmos em trânsito*. Sócio-anthropologia da música baiana. São Paulo: SP, Editora Dynamis, 1998.

Plano Municipal de Cultura do Recife 2009/2019. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/457.pdf>.

QUEIROZ, Martha Rosa F. *Onde cultura é política: Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Claudilene Maria da (org.). *Recife nação africana*. Catálogo da cultura afro-brasileira. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Núcleo da Cultura Afro-Brasileira, 2008.

SILVA, Jônatas Conceição da. Histórias de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: REIS, João José (org.). *São Paulo: Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*. A forma social negro-brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Estudos sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas. Uberlândia: EDUFU, 2008.

TELES, José. *Do frevo ao mangubeat*. São Paulo: Editora 34, 2000.